

Interpretação de sujeitos pronominais nulos e lexicais encaixados na aquisição do português europeu

Carolina Silva

Universidade Nova de Lisboa

Abstract

The goal of this research is to investigate the interpretation of null and lexical pronominal subjects in embedded clauses by Portuguese children. Hence, a set of truth value judgment tasks were used with the purpose of finding out if there is an asymmetry between null and overt subject pronouns in finite complement clauses subcategorized by verbs that select the indicative and subjunctive moods. The obtained results permit to assume that, in a general manner, lexical pronouns seem to be harder to interpret than null pronouns. The categorical status of pronominal forms matters, but the verbal mood also plays a role in acquisition.

Keywords: acquisition, interpretation, null pronouns, lexical pronouns, embedded clauses, verbal mood.

Palavras-chave: aquisição, interpretação, pronomes nulos, pronomes lexicais, orações subordinadas, modo verbal.

1. Introdução

Este estudo tem como finalidade averiguar o comportamento das crianças portuguesas em relação à interpretação de sujeitos pronominais nulos e lexicais em orações completivas finitas, subcategorizadas por verbos que seleccionam o modo indicativo e o modo conjuntivo.

Assim, procura-se determinar de que forma é que propriedades sintácticas, pragmáticas e semânticas condicionam a aquisição dos pronomes. Pretende-se, portanto, contribuir para a definição do papel desempenhado pelas várias interfaces e pelo processamento nos estádios iniciais de desenvolvimento linguístico.

A presente investigação é mais extensiva e desenvolvida do que as realizadas anteriormente para o português europeu (cf. Ambulate 2008 e Costa & Ambulate 2010). Nesse sentido, foram alargados os contextos de interpretação de sujeitos pronominais

nulos e lexicais encaixados, com o intuito de melhor controlar as diferentes variáveis envolvidas:

- a) pronome nulo vs. pronome lexical;
- b) modo indicativo vs. modo conjuntivo;
- c) correferência vs. referência disjunta;
- d) presença de um ou dois antecedentes linguísticos;
- e) argumento interno realizado a seguir ao verbo matriz vs. argumento interno realizado em posição final de frase.

A intenção é, conseqüentemente, adicionar novos elementos às pesquisas acerca da aquisição de pronomes, nomeadamente em PE.

2. Distribuição e interpretação de pronomes nulos e lexicais em orações completivas finitas

Numa língua de sujeito nulo, como é o caso do PE, é possível alternar pronomes foneticamente nulos com pronomes foneticamente realizados. O estatuto nulo ou lexical das formas pronominais pode condicionar interpretações distintas, mesmo que desempenhem a mesma função sintáctica de sujeito (cf. Montalbetti 1986).

Quando o verbo da oração subordinada está no modo **indicativo**, o sujeito pronominal **nulo** será **preferencialmente** interpretado como tendo a mesma referência que o sujeito da oração principal (cf. Brito 1991):

- (1) O Pedro disse que \emptyset caiu.

Com o modo **indicativo**, o sujeito pronominal **pleno** encaixado será **preferencialmente** interpretado como tendo uma referência distinta da do sujeito da oração matriz (cf. Brito 1991):

- (2) O Pedro disse que **ele** caiu.

No entanto, tal como já foi referido, estas interpretações correspondem a leituras preferenciais. Podem verificar-se outras interpretações sob determinadas condições pragmáticas. O sujeito da oração subordinada do exemplo (1) pode ainda ter a leitura referente à 2ª pessoa do singular de tratamento formal (*O Pedro disse que **você** caiu*) ou relativamente à 3ª pessoa do singular (*O Pedro disse que **ele** caiu*). Quanto à frase (2), pode haver também a interpretação de correferência (*O Pedro disse que **ele próprio** caiu*).

Por sua vez, quando a oração subordinada completiva tem o modo **conjuntivo** com verbos volitivos (como *querer*) ou declarativos de ordem (como *pedir*), as diferenças de interpretação entre pronome nulo e pronome pleno alteram-se em relação ao que acontece no indicativo. Nesse contexto, ambas as formas pronominais apresentam

efeitos de **obviação**, isto é, o sujeito é obrigatoriamente disjunto relativamente ao da oração principal (cf. Meireles & Raposo 1983 e Raposo 1985):

- (3) O Pedro quer que \emptyset salte.
- (4) O Pedro quer que **ele** salte.

O sujeito das orações completivas dos exemplos (3) e (4) pode apresentar a mesma interpretação, ou seja, a da 3ª pessoa do singular, aliás única em (4). Contudo, ao sujeito encaixado da frase (3) podem estar também associadas as leituras referentes à 1ª pessoa do singular (*O Pedro quer que **eu** salte*) e à 2ª pessoa do singular de tratamento formal (*O Pedro quer que **você** salte*).

3. Estudos sobre aquisição da interpretação de sujeitos pronominais nulos e lexicais encaixados

Têm sido efetuadas algumas pesquisas com o objetivo de verificar o conhecimento das crianças quanto à distribuição pronominal em orações subordinadas.

Em PE, Ambulate (2008) e Costa & Ambulate (2010) aplicaram um teste baseado na interpretação preferencial de sujeitos pronominais nulos e plenos encaixados a 35 crianças dos 3 aos 5 anos, tendo verificado que:

- i) as crianças não revelaram problemas em interpretar sujeitos nulos encaixados como correferentes em relação ao sujeito matriz, no modo indicativo;
- ii) tendencialmente, as crianças atribuem uma leitura correferente a sujeitos pronominais lexicais com o modo indicativo;
- iii) a condição em que a referência disjunta é induzida com sujeitos pronominais nulos, no modo conjuntivo, cria dificuldades às crianças;
- iv) a adição de outro antecedente possível com um sujeito nulo torna a interpretação mais difícil.

Estes investigadores concluíram que o facto de existirem problemas com pronomes fortes sugere que o estatuto pronominal é importante, manifestando-se problemas de interface associados a determinadas formas pronominais. Além disso, parece haver dificuldades em contextos específicos, quando a componente sintática interage com a discursiva.

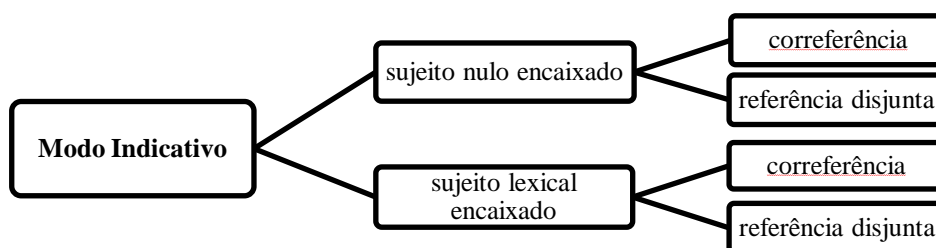
Padilla (1990), através de uma tarefa de representação (*act-out*), testou a interpretação de crianças espanholas de 5 anos relativamente a sujeitos pronominais nulos em orações subordinadas, com modo conjuntivo, que não podem ser coindexados com o sujeito matriz. O autor observou que as crianças não obedecem a esta restrição, tendo deduzido que elas, nesta idade, não sabem algumas propriedades lexicais de predicados volitivos que subcategorizam orações conjuntivas: um determinado conhecimento léxico-sintático, que é relevante para uma análise correta de orações com o conjuntivo, ainda não foi adquirido pelas crianças.

Avrutin & Wexler (1999/2000) testaram crianças russas de 4 e 5 anos, numa tarefa de juízo de valor de verdade, a respeito da interpretação de sujeitos pronominais plenos encaixados em orações conjuntivas com dois tipos de antecedente: uma expressão referencial e um quantificador. Notaram que, em geral, as crianças atribuem incorretamente uma leitura correferente entre o sujeito da oração subordinada conjuntiva e o sujeito da oração principal, embora o seu desempenho melhore quando o antecedente é um quantificador. Estes linguistas defendem que as crianças parecem ter conhecimento em relação a propriedades sintáticas do conjuntivo, mas cometem erros quando há interação entre as componentes sintática e discursiva.

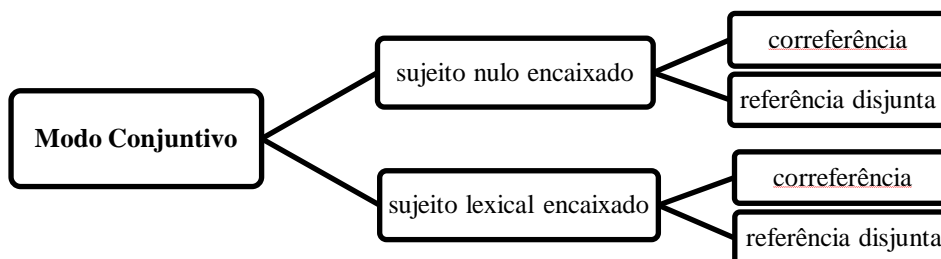
4. Estudo experimental: metodologia

A fim de se levar a cabo esta pesquisa, crianças e adultos portugueses foram submetidos a testes referentes a sujeitos pronominais em orações completivas finitas, subcategorizadas por verbos que selecionam o modo indicativo e o modo conjuntivo.

Em cada um destes modos verbais, foi testada a interpretação do sujeito nulo e do sujeito lexical encaixados em contextos quer de correferência quer de referência disjunta, tal como ilustram os esquemas que a seguir se apresentam.



Esquema 1: Estrutura representativa dos contextos testados no modo indicativo



Esquema 2: Estrutura representativa dos contextos testados no modo conjuntivo

A comparação entre os diferentes contextos permitirá estabelecer se existe uma assimetria entre pronomes nulos e pronomes lexicais.

A metodologia utilizada na presente investigação consistiu num conjunto de tarefas de juízo de valor de verdade, recorrendo-se a interrogativas totais (sim/não) para aceder

à resposta da criança. Em cada tarefa, é feita uma representação introdutória com bonecos de modo a fornecer o contexto adequado de interpretação dos pronomes.

A interpretação de sujeitos pronominais nulos e lexicais encaixados foi experimentada em três condições específicas, correspondendo a cada uma destas um teste. O modo indicativo é selecionado pelo verbo declarativo *dizer* nos três testes (A, B e C), enquanto o modo conjuntivo é selecionado pelo verbo volitivo *querer* no teste A e pelo verbo declarativo de ordem *pedir* nos testes B e C. Seguidamente, para cada um dos testes aplicados, é descrita a correspondente condição e são apresentadas frases exemplificativas.

Teste A – Interpretação de *pro/ele* sem argumento interno realizado na oração principal (um só antecedente linguístico)

O bombeiro disse que Ø adormeceu? / O príncipe disse que **ele** chorou?

O príncipe quer que Ø salte? / O bombeiro quer que **ele** cante?

Teste B – Interpretação de *pro/ele* com argumento interno realizado a seguir ao verbo matriz (dois antecedentes disponíveis)

O bombeiro disse ao avô que Ø espirrou? / O avô disse ao bombeiro que **ele** chorou?

O bombeiro pediu ao avô que Ø saltasse? / O avô pediu ao bombeiro que **ele** dançasse?

Teste C – Interpretação de *pro/ele* com argumento interno realizado em posição final de frase (dois antecedentes disponíveis)

O avô disse que Ø chorou ao príncipe? / O príncipe disse que **ele** desmaiou ao avô?

O príncipe pediu que Ø dançasse ao avô? / O avô pediu que **ele** saltasse ao príncipe?

A diferença entre estes dois últimos testes (B e C) possibilitará verificar se a posição linear de um outro antecedente possível na frase, antes do pronome (teste B) ou depois do pronome (teste C), desempenha um papel influente na interpretação de sujeitos pronominais encaixados.

Em cada teste (A, B e C), foram utilizados três itens por contexto (correferência e referência disjunta) de cada tipo de sujeito (nulo e lexical), em cada modo verbal (indicativo e conjuntivo), totalizando 24 perguntas. Complementarmente, para minimizar a tendência que as crianças têm em responder afirmativamente por não quererem contrariar o investigador, designada por efeito “yes bias”, foram também incluídos (em cada teste) seis itens de controlo com sintagmas nominais. Deste modo há, no total, 30 itens por teste. Apresentam-se, a seguir, duas tabelas que indicam esta estrutura.

12 itens no modo indicativo				12 itens no modo conjuntivo			
6 sujeitos nulos		6 sujeitos lexicais		6 sujeitos nulos		6 sujeitos lexicais	
3 correferências	3 referências disjuntas	3 correferências	3 referências disjuntas	3 correferências	3 referências disjuntas	3 correferências	3 referências disjuntas

Tabela 1: Estrutura dos itens de cada teste

6 itens de controlo (SDs)	
3 respostas afirmativas	3 respostas negativas

Tabela 2: Estrutura dos itens de controlo

Sorteou-se aleatoriamente a ordem de aplicação dos diferentes itens de cada teste. Os testes também foram aplicados a um grupo de controlo composto por adultos a fim de se verificar a sua consistência e para confrontação com as respostas das crianças. Os adultos são licenciados ou têm frequência do ensino superior, trabalhando em várias áreas profissionais: Antropologia; Arqueologia; Comunicação Social; Engenharia Electrotécnica e de Computadores; Engenharia Informática; Ensino; Gestão; História de Arte; Línguas e Literaturas Modernas; Linguística; Matemática; Medicina Dentária; Recursos Humanos; Sociologia; Telecomunicações; Turismo.

Não foi imposto tempo limite às crianças inquiridas quando lhes foram aplicadas, individualmente, as diferentes tarefas. As respostas foram registadas durante a aplicação dos testes. Cada um destes foi realizado numa única sessão. Quanto aos adultos, a aplicação de cada teste demorou cerca de meia hora, Nenhum adulto tinha conhecimento antecipado do conteúdo nem da finalidade dos testes.

As crianças testadas, em idade pré-escolar, frequentavam dois infantários na cidade do Barreiro, área metropolitana de Lisboa. Quer as crianças quer os elementos do grupo de controlo eram falantes da variedade padrão do PE.

Passa-se a apresentar exemplos do teste A (interpretação de *pro/ele* sem argumento interno realizado na oração principal – um só antecedente linguístico).

INTERPRETAÇÃO DE SUJEITOS PRONOMINAIS NULOS E LEXICAIS ENCAIXADOS
NA AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS EUROPEU


<p>Príncipe: Eu espirrei! Fantoche (Pinóquio): Hum... O Príncipe... O Bombeiro... O Príncipe disse que Ø espirrou?</p> <p>Modo Indicativo Sujeito nulo encaixado Correferência Interpretação preferencial: sim</p>	
<p>Bombeiro: Ó Príncipe, canta! Fantoche (Pinóquio): Hum... O Bombeiro... O Príncipe... O Bombeiro quer que ele cante?</p> <p>Modo Conjuntivo Sujeito lexical encaixado Referência disjunta Interpretação preferencial: sim</p>	

Figura 1: Exemplos de itens do teste A

Segue-se uma tabela indicativa dos participantes neste teste A.

Teste A				
Grupo etário	Média de Idades	Sexo feminino	Sexo masculino	Total
3	3 anos e 7 meses	13	11	24
4	4 anos e 5 meses	10	13	23
5	5 anos e 5 meses	13	20	33
6	6 anos e 1 meses	7	5	12
adultos	31 anos e 2 meses	16	12	28
Total	—	59	61	120

Tabela 3: Descrição da amostra do teste A

Na continuação da descrição da experiência, mostram-se itens do teste B (interpretação de *pro/ele* com argumento interno realizado a seguir ao verbo matriz – dois antecedentes disponíveis).


<p>Avô: Tu emagreceste, Bombeiro!</p> <p>Fantoche (Pinóquio): Hum... O Avô... O Bombeiro... O Avô disse <u>ao Bombeiro</u> que ele emagreceu?</p> <p>Modo Indicativo Sujeito lexical encaixado Referência disjunta Interpretação preferencial: sim</p>	
<p>Bombeiro: Eu posso assobiar?!</p> <p>Fantoche (Pinóquio): Hum... O Bombeiro... O Avô... O Bombeiro pediu <u>ao Avô</u> que Ø assobiasse?</p> <p>Modo Conjuntivo Sujeito nulo encaixado Correferência Interpretação preferencial: não</p>	

Figura 2: Exemplos de itens do teste B

A tabela que se segue diz respeito à amostra à qual se aplicou o teste B.

Teste B				
Grupo etário	Média de Idades	Sexo feminino	Sexo masculino	Total
3	3 anos e 7 meses	12	10	22
4	4 anos e 5 meses	10	10	20
5	5 anos e 5 meses	14	17	31
6	6 anos e 1 meses	7	7	14
adultos	31 anos e 2 meses	16	12	28
Total	—	59	56	115

Tabela 4: Descrição da amostra do teste B

Seguem-se exemplos do teste C (interpretação de *pro/ele* com argumento interno realizado em posição final de frase dois antecedentes disponíveis).


<p>Príncipe: Eu tropecei!</p> <p>Fantoche (Pinóquio): Hum... O Príncipe... O Avô... O Príncipe disse que Ø tropeçou <u>ao Avô</u>?</p> <p>Modo Indicativo Sujeito nulo encaixado Correferência Interpretação preferencial: sim</p>	
<p>Príncipe: Eu posso dançar?!</p> <p>Fantoche (Pinóquio): Hum... O Príncipe... O Avô... O Príncipe pediu que ele dançasse <u>ao Avô</u>?</p> <p>Modo Conjuntivo Sujeito lexical encaixado Correferência Interpretação preferencial: não</p>	

Figura 3: Exemplos de itens do teste C

A tabela seguinte corresponde à descrição dos participantes no teste C.

Teste C				
Grupo etário	Média de Idades	Sexo feminino	Sexo masculino	Total
3	3 anos e 8 meses	10	10	20
4	4 anos e 6 meses	11	10	21
5	5 anos e 6 meses	15	17	32
6	6 anos e 2 meses	7	7	14
adultos	31anos e 2 meses	16	12	28
Total	—	59	56	115

Tabela 5: Descrição da amostra do teste C

Tal como se pode observar em todos os exemplos de itens apresentados, antes de ser colocada a pergunta à criança, o Fantoche enuncia sempre as duas personagens presentes no teste. O objetivo consiste em fazer com que o participante tenha em consideração ambas as personagens, de modo a não retirar alternativa à sua interpretação. Tal permite saber se a criança (ou o adulto) admite, ou não, uma interpretação específica para a estrutura linguística que está em estudo.

No que diz respeito ao modo indicativo, Jaeggli (1984), conforme é citado por Montalbetti (1986: 143), observa que, em casos em que a alternância de interpretação está disponível, um pronome lexical com acento contrastivo melhora a possibilidade de correferência (*O Pedro disse que **ELE** caiu*). Assim, procurou-se evitar acentuação enfática ou quaisquer pistas de entoação aquando da formulação de perguntas com o pronome lexical *ele*.

5. Análise Estatística

Foram preparadas estatísticas descritivas para características demográficas. As variáveis categóricas foram sumariadas através de frequências absolutas e de percentagens e as variáveis contínuas sintetizadas por média aritmética. As comparações entre grupos e dentro de cada grupo foram baseadas em distribuições de **qui-quadrado** (χ^2) para as variáveis categóricas. Num teste de qui-quadrado, a **hipótese nula** (H_0) é um termo estatístico que representa o modelo padrão ou teórico contra o qual os dados observados serão comparados.

Na presente investigação, definiu-se que, na comparação entre grupos etários, H_0 é **estabelecer que os grupos são homogéneos**, ou seja, que a proporção de respostas de cada tipo não varia de grupo para grupo. Rejeitar H_0 significa que os resultados encontrados são suficientemente significativos para afirmar que há uma diferença entre os grupos. Por sua vez, dentro de cada grupo etário, H_0 é **estabelecer que há homogeneidade entre tipos de respostas** em comparação.

Neste tipo de testes, o **valor de prova p** (*p-value*) corresponde à probabilidade de os dados observados serem obtidos por acaso. Assim, o valor p representa a probabilidade de erro que está envolvido na aceitação de um resultado observado como válido em relação à hipótese nula. Os resultados com um valor p baixo são considerados estatisticamente significativos. O **nível de significância** é o grau de admissão que se usa para expressar o que é **significativo**. Neste estudo, uma diferença é considerada significativa quando $p < 0.05$. Portanto, o nível de significância é de 5%.

6. Resultados e discussão

Os gráficos que se seguem indicam valores que resultam de uma análise de taxas de aceitabilidade (e não de taxas de acerto) relativamente a cada um dos pronomes, nulo ou lexical, nos contextos de correferência e de referência disjunta.

Para cada tipo de teste (A, B e C), são apresentados dois pares de gráficos: o primeiro par refere-se sempre aos dados relativos ao modo indicativo e o segundo par diz respeito aos dados do modo conjuntivo.

Teste A – Interpretação de *pro/ele* sem argumento interno realizado na oração principal (um só antecedente linguístico)

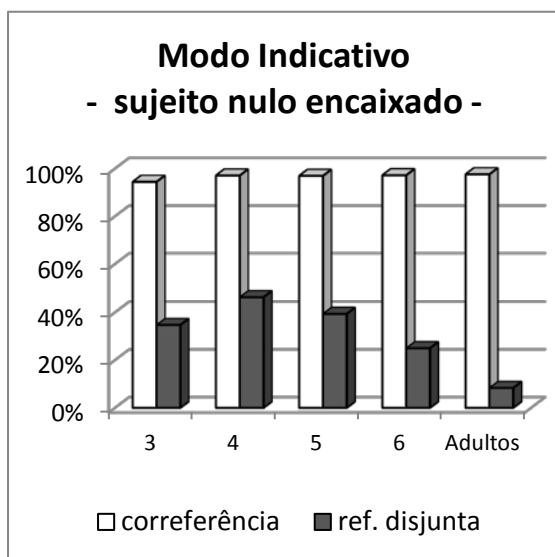


Gráfico 1: Resultados da interpretação do sujeito nulo encaixado no modo indicativo (teste A)

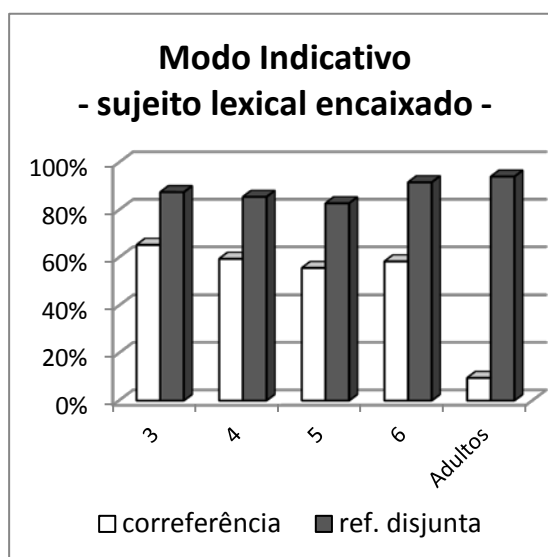


Gráfico 2: Resultados da interpretação do sujeito lexical encaixado no modo indicativo (teste A)

Com o indicativo, os adultos distinguem claramente pronomes nulos de pronomes lexicais: as suas interpretações preferenciais estão de acordo com as descritas na literatura. Por sua vez, as crianças não têm estabelecida da mesma forma a distinção interpretativa entre pronomes nulos e lexicais. A sua taxa de aceitabilidade quer quanto

a referência disjunta para pronomes nulos quer quanto a correferência para pronomes lexicais é superior à dos adultos.

No que se refere à referência disjunta para o sujeito nulo encaixado (Gráfico 1), as crianças começam com uma taxa de aceitabilidade de 35% aos 3 anos, que aumenta para 46% aos 4 anos ($p = 0.16$ entre estas duas faixas). Há depois um decréscimo desta taxa para 39% aos 5 anos ($p = 0.37$, em comparação com o grupo dos 4 anos). A aceitabilidade continua a diminuir para 25% aos 6 anos ($p = 0.12$ entre os grupos de 5 e de 6 anos). No entanto, os adultos têm neste contexto uma taxa de aceitabilidade de 8% ($p = 0.01$ entre a faixa de 6 anos e o grupo de controlo, o que quer dizer que as crianças, embora progredindo, ainda estão longe dos adultos).

No que se refere ao sujeito nulo encaixado mas no contexto preferencial de correferência (Gráfico 1), as crianças conseguem os seguintes valores quanto à taxa de aceitabilidade: aos 3 anos 94%; quer aos 4, quer aos 5, quer aos 6 anos obtêm 97%. Neste contexto, a taxa de aceitabilidade dos adultos é de 98% ($p = 0.9$ na comparação entre os grupos de 6 anos e de controlo, revelando que as crianças já estão ao nível dos adultos).

Quanto à interpretação de correferência relativamente ao sujeito lexical encaixado (Gráfico 2), aos 3 anos as crianças registam uma aceitabilidade de 65%, baixando para 59% aos 4 anos ($p = 0.47$ entre estes dois grupos etários). Seguidamente, aos 5 anos, esta taxa ainda diminui para 56% ($p = 0.62$ entre as faixas dos 4 e 5 anos). Porém, aumenta para 58% aos 6 anos ($p = 0.77$ entre os grupos dos 5 e 6 anos). A percentagem fica, todavia, ainda longe da dos adultos, que é de 10% ($p = 0$ entre os 6 anos e os adultos, o que indica uma significativa diferença).

No que respeita ao sujeito lexical encaixado e no contexto preferencial de referência disjunta (Gráfico 2), as crianças obtêm os seguintes resultados em taxa de aceitabilidade: 88% aos 3 anos; diminuindo para 86% aos 4 anos; continuando a diminuir para 83% aos 5 anos; mas aumentando para 92% aos 6 anos. Os adultos alcançam 94% nesta taxa de aceitabilidade ($p = 0.63$ entre o grupo dos 6 anos e este grupo de adultos, confirmando que é evidente a proximidade entre estas crianças e estes adultos).

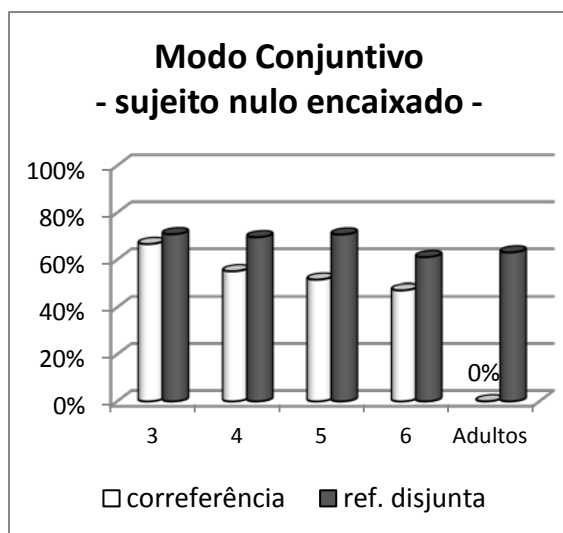


Gráfico 3: Resultados da interpretação do sujeito nulo encaixado no modo conjuntivo (teste A)

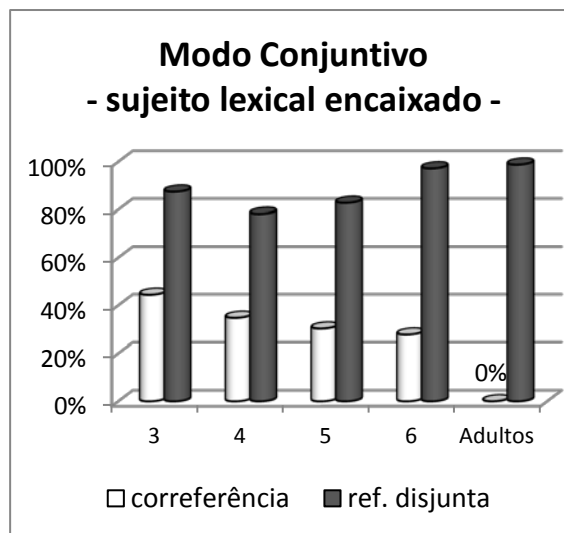


Gráfico 4: Resultados da interpretação do sujeito lexical encaixado no modo conjuntivo (teste A)

Com o conjuntivo, os adultos não aceitam correferência (nem com pronomes nulos nem com pronomes lexicais), embora prefiram a realização do pronome. A taxa de aceitabilidade de referência disjunta com o sujeito pronominal pleno encaixado é de 99% enquanto a de referência disjunta com o sujeito pronominal nulo encaixado é de 63%. Esta diferença pode dever-se, provavelmente, ao facto de o grupo de controlo ter disponível a interpretação alternativa de 2ª pessoa do singular de tratamento formal (*você*) para o pronome nulo.

As crianças ainda não associam o conjuntivo, com o verbo volitivo *querer*, à referência disjunta: ao contrário dos adultos, aceitam correferência quer com pronomes nulos quer com pronomes lexicais, o que é mais evidente com o sujeito nulo encaixado. Este facto não é surpreendente, uma vez que os pronomes lexicais estão, de um modo geral, associados à referência disjunta (sendo mesmo esta a interpretação preferencial no indicativo).

No caso dos sujeitos nulos (Gráfico 3), as crianças têm aos 3 anos uma taxa de correferência de 67%, que diminui para 55% aos 4 anos ($p = 0.16$). Esta taxa volta a descer ligeiramente, aos 5 anos, para 52% ($p = 0.65$ entre o grupo dos 4 anos e o grupo dos 5 anos). Aos 6 anos, a aceitabilidade continua a diminuir para 47% ($p = 0.66$ entre a faixa dos 5 anos e a faixa dos 6 anos). No grupo de controlo, esta taxa de aceitabilidade é de 0% ($p = 0$ em relação ao grupo dos 6 anos, o que mostra que a diferença é muito significativa).

Ainda no sujeito nulo encaixado, no contexto de referência disjunta (Gráfico 3), aos 3 anos as crianças conseguem uma taxa de aceitabilidade de 71%, que desce para 70% aos 4 anos. Aos 5 anos esta taxa sobe para 71%, diminuindo para 61% aos 6 anos. O

grupo dos adultos tem neste contexto uma aceitabilidade de 63% ($p = 0.84$ entre o grupo de 6 anos e os adultos, indicando que as crianças estão próximas dos adultos).

No conjuntivo, quanto ao sujeito lexical encaixado e no contexto de correferência (Gráfico 4), as crianças apresentam aos 3 anos uma taxa de aceitabilidade de 44%, que vai baixando sucessivamente: aos 4 anos para 35%; aos 5 anos para 30%; aos 6 anos para 28%. Os adultos apresentam neste contexto uma aceitabilidade de 0% ($p = 0$ relativamente ao grupo dos 6 anos, a confirmar que as crianças ainda estão distantes dos adultos).

No campo do sujeito lexical encaixado, no que respeita ao contexto preferencial de referência disjunta (Gráfico 4), aos 3 anos as crianças alcançam uma taxa de aceitabilidade de 88%, que diminui para 78% aos 4 anos. Assiste-se depois a aumentos desta taxa: para 83% aos 5 anos e para 97% aos 6 anos. Quanto aos adultos, obtêm neste contexto uma aceitabilidade de 99% ($p = 0.53$ no confronto com o grupo dos 6 anos, o que revela que, nesta idade, as crianças estão muito perto dos adultos).

Chama-se a atenção para o facto de, no contexto de interpretação de sujeito lexical encaixado, as crianças aceitarem a correferência no conjuntivo (Gráfico 4), mas em percentagem inferior à obtida no indicativo (Gráfico 2). Tal parece indicar que elas distinguem o contexto conjuntivo selecionado pelo verbo *querer* (em que *ele* é obrigatoriamente disjunto) do contexto indicativo selecionado pelo verbo *dizer* (em que *ele* é preferencialmente disjunto).

Teste B – Interpretação de *pro/ele* com argumento interno realizado a seguir ao verbo matriz (dois antecedentes disponíveis)

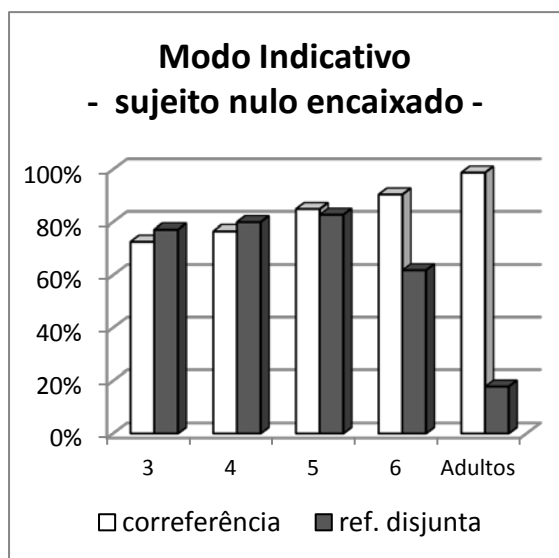


Gráfico 5: Resultados da interpretação do sujeito nulo encaixado no modo indicativo (teste B)

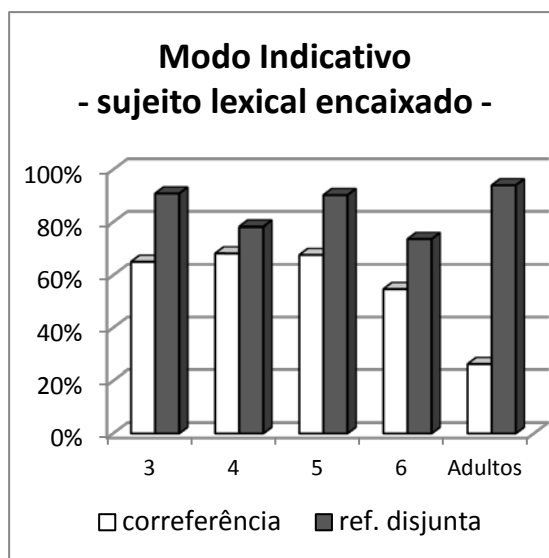


Gráfico 6: Resultados da interpretação do sujeito lexical encaixado no modo indicativo (teste B)

Com o indicativo, as crianças são claramente diferentes dos adultos, mesmo no grupo dos 6 anos, aceitando mais facilmente a referência disjunta com pronome nulo (atribuindo-lhe a referência do antecedente mais próximo). Em relação ao pronome lexical, mais uma vez as crianças aceitam frequentemente a correferência.

No que concerne ao sujeito nulo encaixado, no contexto preferencial de correferência (Gráfico 5), a taxa de aceitabilidade das crianças vai progredindo. Aos 3 anos é de 73% e aos 4 anos é de 77% ($p = 0.61$). Sobe novamente aos 5 anos para 85% ($p = 0.2$ entre o grupo dos 4 anos e este grupo). Aos 6 anos há também um aumento para 90% ($p = 0.38$ entre os grupos de 5 anos e de 6 anos). Quanto aos adultos, neste contexto, registam uma taxa de 99% ($p = 0.02$ entre o grupo de 6 anos e os adultos, indicando que as crianças já se aproximam bastante dos adultos). Quanto ao contexto de referência disjunta, no sujeito nulo encaixado (Gráfico 5), as crianças começam com uma aceitabilidade de 77% aos 3 anos, que aumenta para 80% aos 4 anos e para 83% aos 5 anos. Aos 6 anos, há uma descida da taxa de aceitabilidade para 62%. Os adultos têm neste contexto uma aceitabilidade de 18% ($p = 0$ entre o grupo dos 6 anos e o grupo de controlo, revelando que as crianças ainda não estão ao nível dos adultos).

No indicativo e relativamente ao sujeito lexical encaixado, no contexto de correferência (Gráfico 6), as crianças aos 3 anos registam uma taxa de aceitabilidade de 65%, que aos 4 anos aumenta para 68%. Esta taxa mantém-se aos 5 anos nos 68% e aos 6 anos diminui para 55%. Por sua vez os adultos, neste contexto, conseguem uma aceitabilidade de 26% ($p = 0$ entre o grupo de 6 anos e o grupo de controlo, significando que as crianças ainda estão longe dos adultos).

Também quanto ao sujeito lexical encaixado e em relação ao contexto preferencial de referência disjunta (Gráfico 6), há para as crianças a seguinte variação para a taxa de aceitabilidade: aos 3 anos 91%; aos 4 anos 78%, diminuindo; aos 5 anos 90%, aumentando; aos 6 anos 74%, voltando a diminuir. No que se refere aos adultos, esta taxa de aceitabilidade é de 94% ($p = 0$ entre o grupo dos 6 anos e este grupo, o que quer dizer que as crianças permanecem distantes dos adultos).

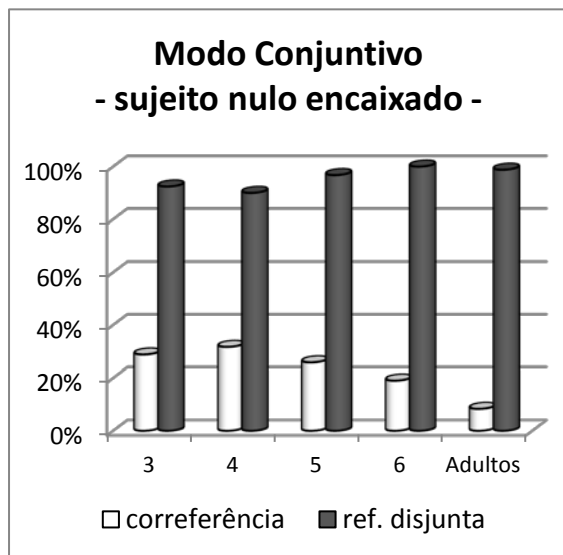


Gráfico 7: Resultados da interpretação do sujeito nulo encaixado no modo conjuntivo (teste B)

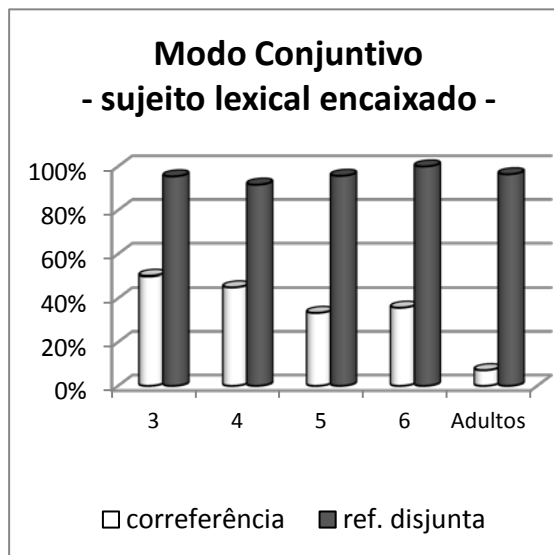


Gráfico 8: Resultados da interpretação do sujeito lexical encaixado no modo conjuntivo (teste B)

O conjuntivo continua a ser problemático, mas neste teste as crianças aproximam-se mais dos adultos relativamente à interpretação do sujeito nulo encaixado. O contraste entre este teste (B) e o anterior (A) parece confirmar a ideia de que, com os sujeitos nulos, as crianças têm mais tendência em aceitar leituras correferentes (teste A) e a ir buscar referência ao antecedente mais próximo (teste B).

No conjuntivo, relativamente ao sujeito nulo encaixado e no contexto de correferência (Gráfico 7), as crianças alcançam aos 3 anos uma taxa de aceitabilidade de 29%, que aos 4 anos aumenta para 32%. Aos 5 anos esta taxa desce para 26% e aos 6 anos volta a diminuir para 19%. Quanto aos adultos, neste contexto a sua taxa de aceitabilidade é de 8% ($p = 0,08$ entre as crianças de 6 anos e os adultos). Neste modo verbal, no que diz respeito ainda ao sujeito nulo encaixado e no contexto de referência disjunta (Gráfico 7), as crianças aos 3 anos começam por ter uma taxa de aceitabilidade de 92%, que diminui para 90% aos 4 anos. Depois aumenta, sucessivamente, aos 5 anos para 97% e aos 6 anos para 100%. Os adultos têm neste contexto uma aceitabilidade de 99% ($p = 0,48$ entre o grupo dos 6 anos e o grupo de controlo, a indicar que as crianças estão ao nível dos adultos).

No conjuntivo e quanto ao sujeito lexical encaixado (Gráfico 8), no contexto de correferência regista-se para as crianças, aos 3 anos, uma taxa de aceitabilidade de 50%. Esta taxa diminui, sucessivamente, aos 4 anos para 45% e aos 5 anos para 33%. No entanto, aos 6 anos aumenta para 36%. Neste contexto os adultos obtêm 7% de taxa de aceitabilidade ($p = 0$ entre o grupo dos 6 anos e o grupo de controlo, o que significa que as crianças ainda estão longe dos adultos).

Também no conjuntivo, ainda no sujeito lexical encaixado e no contexto de referência disjunta (Gráfico 8), as crianças aos 3 anos têm uma taxa de aceitabilidade de 95%, que aos 4 anos desce para 92%. Aos 5 anos esta taxa sobe para 96%, tornando a aumentar para 100% aos 6 anos. Os adultos têm neste contexto uma aceitabilidade de 96% ($p = 0.22$ entre a faixa dos 6 anos e os adultos, mostrando que não há diferença significativa).

A introdução de um outro antecedente antes do pronome (teste B) tem influência sobretudo relativamente à interpretação do sujeito pronominal nulo encaixado. No que diz respeito ao pronome nulo em contexto de referência disjunta no modo indicativo (Gráfico 5), as taxas de aceitabilidade aumentam, piorando os resultados das crianças relativamente ao teste A (Gráfico 1). Quanto ao contexto de correferência no modo conjuntivo, as taxas de aceitabilidade com o pronome nulo (Gráfico 7) diminuem, verificando-se uma melhoria dos resultados em comparação com o teste A (Gráfico 3). Logo, é possível concluir que as crianças tendem a ir buscar a referência ao antecedente mais próximo.

Teste C – Interpretação de *pro/ele* com argumento interno realizado em posição final de frase (dois antecedentes disponíveis)

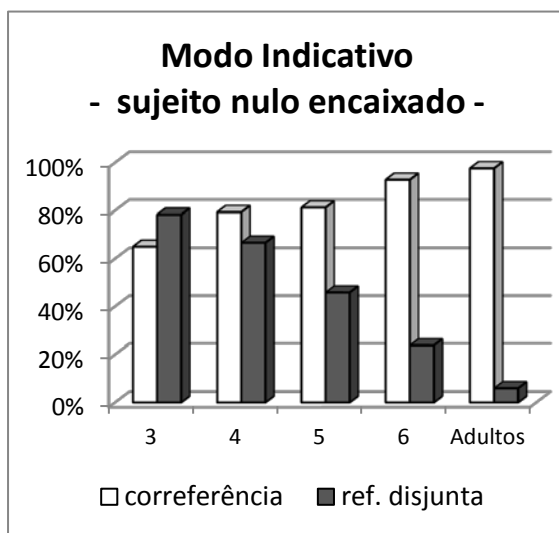


Gráfico 9: Resultados da interpretação do sujeito nulo encaixado no modo indicativo (teste C)

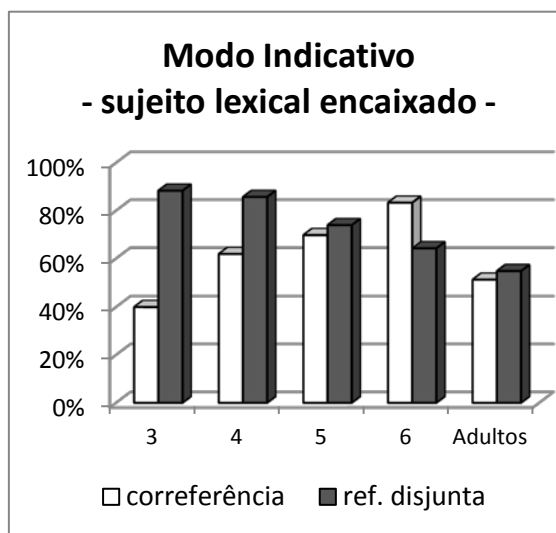


Gráfico 10: Resultados da interpretação do sujeito lexical encaixado no modo indicativo (teste C)

No modo indicativo, relativamente à interpretação do sujeito nulo encaixado (Gráfico 9), verifica-se um progresso no contexto de correferência e um efeito de desenvolvimento quanto ao contexto de referência disjunta. No contexto preferencial de correferência, as crianças conseguem aos 3 anos uma taxa de aceitabilidade de 65%. Seguidamente, esta taxa vai sempre aumentando: 79% aos 4anos; 81% aos 5 anos; 93%

aos 6 anos. Os adultos têm neste contexto uma aceitabilidade de 98% ($p = 0.2$ em comparação com o grupo de 6 anos, indicando que as crianças já próximo dos adultos).

No que se refere ainda ao sujeito nulo encaixado (Gráfico 9), à medida que a idade das crianças vai aumentando, a taxa de aceitabilidade da referência disjunta vai diminuindo. Começa aos 3 anos com 78%, aos 4 anos tem 67% e passando para 46% aos 5 anos. Esta taxa, aos 6 anos, está em 24%. Este desenvolvimento é mais acentuado entre os 4 e os 5 anos ($p = 0.01$) e entre os 5 e os 6 anos ($p = 0.01$). Esta evolução mostra que há efetivamente, neste contexto, um efeito de desenvolvimento nas crianças. Quanto aos adultos, neste contexto, a sua taxa de aceitabilidade é de 6% ($p = 0$ em relação ao grupo dos 6 anos, a revelar que as crianças ainda estão distantes dos adultos).

Na análise do sujeito lexical encaixado, no contexto de correferência (Gráfico 10), verifica-se que as crianças têm uma taxa de aceitabilidade de 40% aos 3 anos. Seguidamente esta taxa vai aumentando: para 62% aos 4 anos; para 70% aos 5 anos; atinge os 83% aos 6 anos. Regista-se para os adultos, neste contexto, uma taxa de aceitabilidade de 51% ($p = 0$ relativamente às crianças de 6 anos, o que mostra que há uma significativa diferença entre estas e os adultos).

Quanto ao sujeito lexical encaixado, no contexto de referência disjunta (Gráfico 10), regista-se para as crianças, aos 3 anos, uma taxa de aceitabilidade de 88%, que diminui ligeiramente para 86% aos 4 anos. Continua a diminuir para 74%, aos 5 anos, e para 64%, aos 6 anos. Por sua vez os adultos têm, neste contexto, uma aceitabilidade de 55% ($p = 0.31$, comparando com a faixa etária dos 6 anos, revelando uma proximidade aos adultos).

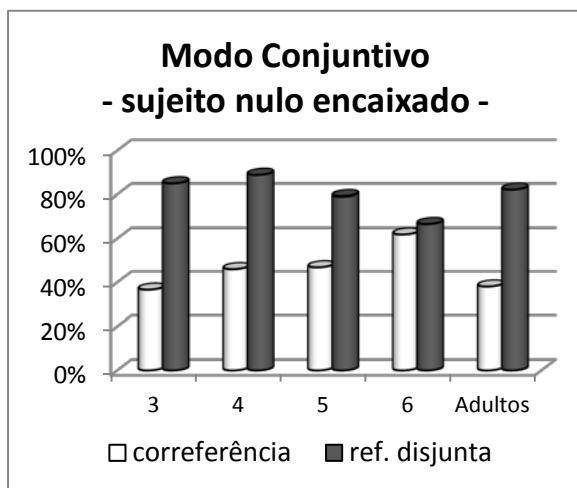


Gráfico 11: Resultados da interpretação do sujeito nulo encaixado no modo conjuntivo (teste C)

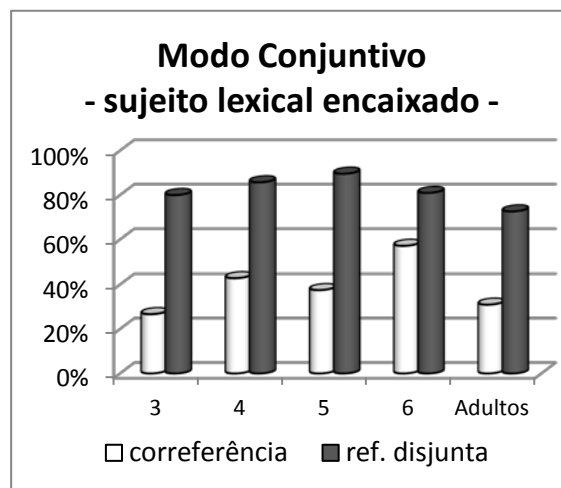


Gráfico 12: Resultados da interpretação do sujeito lexical encaixado no modo conjuntivo (teste C)

No conjuntivo, quanto ao sujeito nulo encaixado e no contexto de correferência (Gráfico 11), as crianças aos 3 anos apresentam uma taxa de aceitabilidade de 37%.

Depois há aumentos sucessivos: para 46% aos 4 anos; para 47% aos 5 anos; para 62% aos 6 anos. Os adultos obtêm, neste contexto uma taxa de aceitabilidade de 38% ($p = 0.01$ relativamente às crianças de 6 anos, o que revela que estas ainda estão a uma considerável distância).

No que se refere ao sujeito nulo encaixado e em contexto de referência disjunta (Gráfico 11), as crianças mostram aos 3 anos uma taxa de aceitabilidade de 85%, que aumenta para 89% aos 4 anos. Seguidamente esta taxa diminui, aos 5 anos, para 79% e, aos 6 anos, para 67%. No entanto, os adultos conseguem uma taxa de aceitabilidade de 82% ($p = 0.05$, comparando com o grupo dos 6 anos, a indicar que estes não estão longe dos adultos).

No que respeita ao sujeito lexical encaixado, no contexto de correferência (Gráfico 12), as crianças aos 3 anos têm uma taxa de aceitabilidade de 27%, que sobe para 43% aos 4 anos. Aos 5 anos a taxa baixa para 38%, voltando a aumentar aos 6 anos para 57%. Por seu lado, o grupo de controlo regista uma taxa de aceitabilidade de 31% ($p = 0$ em confronto com as crianças de 6 anos, mostrando que esta diferença é significativa).

Ainda quanto ao sujeito lexical encaixado e em contexto de referência disjunta (Gráfico 12), as crianças conseguem uma taxa de aceitabilidade de 80% aos 3 anos, que aumenta para 86% aos 4 anos e para 90% aos 5 anos. Esta taxa diminui para 81%, aos 6 anos. Quanto aos adultos a correspondente taxa é de 93% ($p = 0.31$ em relação às crianças de 6 anos, o que indica que este grupo de crianças e os adultos estão próximos).

Neste teste, os resultados dos adultos são diferentes do que era esperado: aumenta a aceitação de leituras correferentes com o pronome lexical no indicativo e aumenta a aceitação de leituras correferentes no conjuntivo. Um provável motivo para este acontecimento poderá dever-se ao facto de os adultos testados terem considerado esta condição, com argumento interno realizado em posição final de frase (dois antecedentes disponíveis), pouco natural. Porém, o desempenho das crianças continua significativamente distante dos adultos quanto a estes dois aspetos.

A presença de um outro antecedente possível depois do pronome (teste C) influencia especialmente o sujeito pronominal nulo encaixado. As crianças melhoram o seu desempenho no indicativo (Gráfico 9), diminuindo a taxa de aceitabilidade de referência disjunta em comparação com o teste B (Gráfico 5). Por sua vez, os resultados do pronome nulo no conjuntivo pioram no teste C (Gráfico 11), aumentando a taxa de aceitabilidade de correferência em confronto com o teste B (Gráfico 7). Estas observações vêm reforçar a ideia de que parece que as crianças mostram ter preferência em estabelecer uma dependência referencial com o SD mais próximo.

7. Conclusões

Visto que nesta investigação se está a lidar com taxas de aceitabilidade de interpretações e não com taxas de acerto, conforme referido anteriormente, o desempenho dos adultos é a grande referência para a análise dos resultados das crianças.

No contexto indicativo, o desempenho das crianças, apresentando uma sobreaceitação de leituras correferenciais para sujeitos lexicais, mostra de um modo geral um desvio em relação ao comportamento dos adultos.

No modo conjuntivo, os efeitos de obviação não estão ainda adquiridos pelas crianças. No entanto, parece que elas já fazem distinção entre o indicativo (quando selecionado pelo verbo *dizer*) e o conjuntivo (quando selecionado pelo verbo *querer*).

Os resultados dão a entender que há efeitos cumulativos: o tipo de referência, as formas expressas, o modo conjuntivo e a classe semântica do verbo matriz envolvido. Isoladamente, cada um destes fatores pode não ser muito problemático mas, quando se juntam, os desempenhos das crianças distanciam-se mais dos dos adultos.

Em geral, os pronomes lexicais aparentam ser mais difíceis de interpretar do que os pronomes nulos. Este facto está de acordo com o que defende Grolla (2006), que se baseia em Hornstein (2001): os pronomes fortes são inseridos pós-sintacticamente, provocando operações na interface. Estas são problemáticas para as crianças por motivos de processamento, pois ao nível da interface existe competição entre derivações. A comparação de estruturas exige um imenso esforço para a memória de trabalho da criança (Reinhart, 1999).

Os resultados obtidos no presente estudo vão ao encontro da hipótese formulada por Costa & Ambulate (2010), em que se esperaria que a interpretação de formas pronominais fortes em PE fosse necessariamente mais problemática para as crianças, e dos resultados alcançados por Silva (2011), que observou dificuldades no contexto de interpretação de pronomes fortes não reflexos em posição de complemento. Deste modo, é de se admitir a perspectiva de Grolla (2006) de que há eventualmente problemas de interface na sintaxe de formas pronominais específicas. Pode-se, portanto, afirmar que há dificuldades de aquisição ao nível das interfaces, designadamente, no estabelecimento de relações de correferência pós-sintáctica.

O estatuto categorial dos pronomes (nulo ou lexical) tem importância, mas o modo verbal e o tipo de predicador que o seleciona também são relevantes. Assim, é possível assumir que há problemas sempre que a aquisição de formas pronominais depende de áreas em que a sintaxe interage com outras componentes, nomeadamente a semântica e a pragmática. Por sua vez, a computação de derivações convergentes a nível de interface envolve custos adicionais de processamento para as crianças.

Referências

- Ambulate, Joana (2008) *A aquisição de sujeito obrigatório numa língua de sujeito nulo*. Dissertação de mestrado, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- Avrutin & Wexler (1999/2000) Children's Knowledge of Subjunctive Clauses: Obviation, Binding and Reference. *Language Acquisition* 8(1), pp. 69-102.
- Brito, Ana Maria (1991) Ligação, co-referência e o princípio evitar o pronome. In *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*. APL, pp. 101-121.
- Costa, João & Joana Ambulate (2010) The acquisition of embedded subject pronouns in European Portuguese. In Michael Iverson et al. (eds.) *Proceedings of the 2009 Mind/Context Divide Workshop*, Somerville, MA: Cascadilla Press, pp. 1 - 12.
- Grolla, E. (2006) The Acquisition of A- and A'-Bound Pronouns in Brazilian Portuguese. In Vicent Torrens & Lisa Escobar. (org.) *The Acquisition of Syntax in Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 227-250.
- Hornstein, Norbert (2001) *Move! A Minimalist Theory of Construal*, Oxford, Blackwell Publishers.
- Jaeggli, Osvaldo (1984) Subject Extraction and the Null-subject Parameter, *NELS*, 14. U. Mass/Amherst, MA.
- Meireles, José & Eduardo Raposo (1983) Subjunctives and Disjoint Reference in Portuguese: Some Implications for the Binding Theory, artigo apresentado ao *Ier Colloqui Internacional de Lingüística Teòrica i Llengües Romàniques*, Sitges.
- Montalbetti, Mario (1986) How Pro Is It? In Jaeggli, O. & C. Silva-Corvalán (eds.) *Studies in Romance Linguistics*, Dordrecht, Foris Publications, pp. 137-152.
- Padilla (1990) *On the Definition of Binding Domains in Spanish*, Kluwer, Dordrecht, The Netherlands.
- Raposo, Eduardo Paiva (1985) Some asymmetries in the binding theory in Romance. In *The Linguistic Review* 5.1, pp. 75-110.
- Reinhart, Tanya (1999) The processing cost of reference-set computation: guess patterns in acquisition. OTS Working Papers in Linguistics, 99-001-CL/TL, Utrecht University, Utrecht, The Netherlands.
- Silva, Carolina (2011) Interpretação de clíticos e de pronomes fortes complemento na aquisição do português europeu. In Armanda Costa, Isabel Falé & Pilar Barboa (orgs.) *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Lisboa, APL, pp. 534-548.